

Revista
PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

v. 25 n. 1
Janeiro/Junho 2015
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 25	n. 1	p. 1-297	Jan/Jun 2015
------------------------	----------------	-------	------	----------	--------------

ENTREVISTA



Paulo Vannuchi

Jornalista, realizou curso de mestrado em Ciências Políticas na Universidade de São Paulo. Teve participação ativa nos movimentos de esquerda que combateram a Ditadura Militar e posteriormente integrou a equipe que elaborou o livro *Brasil Nunca Mais*, com importantes registros dos assassinatos e práticas de tortura cometidos durante aquele período. Entre dezembro de 2005 e janeiro de 2011, ocupou o cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e esteve à frente da elaboração do III Plano Nacional dos Direitos Humanos. Em junho de 2013, foi eleito para uma das vagas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

Revista Praia Vermelha: Está em discussão na sociedade e no Congresso a redução da maioria penal. O senhor identifica elementos novos na atual discussão?

Paulo Vannuchi: Existe, sim, um péssimo elemento novo nesse debate. É a sua contaminação pelo surto de regressão civilizatória que explodiu com toda a força em 2015, mas já vinha sendo armado há algum tempo.

O debate sobre o tema sempre foi difícil. Último filho do ciclo de conquistas democráticas dos anos 1980, o ECA projetou o Brasil como paradigma internacional de políticas avançadas na proteção aos direitos da criança e do adolescente. Mas essa proteção sempre enfrentou fortes resistências da parte dos setores conservadores e autoritários.

Além disso, jamais os poderes públicos, sem exceção, se comprometeram cabalmente com a concretização e implementação real de dispositivos essenciais dessa lei. Se algum governo federal avançava mais, governos estaduais ofereciam espetáculos de truculência nas unidades do Socioeducativo. Se um poder Executivo se engajava melhor, as resistências no Judiciário seguiam gritantes.

Em 2015, a paranoia direitista que vê o adolescente infrator como bode expiatório responsável pelo colapso da Segurança Pública, passou a contar com um verdadeiro campeão na figura de Eduardo Cunha. Toda a sua campanha para assumir a Presidência da Câmara – como se sabe hoje – contou com financiamento milionário em troca de uma agenda univocamente regressiva.

O menu negociado entre financiadores e financiados incluiu: redução da maioria penal, ataque aos direitos dos povos indígenas, terceirização total das regras trabalhistas para golpear salários e anular conquistas sindicais, mudanças no Estatuto do Desarmamento em nome da bancada da bala, agressão aos direitos das pessoas LGBT, restrições à autonomia das mulheres para decidir sobre sua saúde sexual e reprodutiva etc.

RPV: Quais os resultados desse debate na atual conjuntura?

Vannuchi: Num momento de lucidez, lideranças do Senado conseguiram paralisar a sanha que vinha galopante após o projeto defendido por Cunha ter passado como trator pela Câmara. As vozes heroicas que ousavam pedir um debate mais sereno, resgatando o princípio elementar do contraditório, foram abafadas.

A imprensa não cuidou de exercer qualquer crivo democrático contra essa ofensiva, com honrosas e poucas exceções, engajada que estava, até a medula, na ofensiva política (muitas vezes golpista) dirigida a derrotar e execrar Dilma, o governo do PT, Lula, tudo que tenha qualquer cheiro desse campo político.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sem nenhum apoio ou divulgação da mídia brasileira, entrou firme no debate. Enviou mensagens oficiais aos poderes da República, alertou que o rebaixamento violaria tratados internacionais. Rosa Ortiz, responsável pela Relatoria de Crianças (em geral, não se usa no sistema ONU e na OEA “criança e adolescente”, incorporando na palavra criança todas as pessoas de zero a 18 anos), esteve em nosso país para inúmeras atividades de resistência a esse retrocesso.

A crise política se aprofundou a tal ponto nos meses seguintes, que ainda não houve chances de retomar a questão com a sensatez merecida. Mas estão previstos debates durante vários meses antes de ir a votação no plenário do Senado. E também se pode cogitar, ocorrendo a pior das hipóteses, do recurso às batalhas judiciais em torno do chamado “controle de convencionalidade”. Isso significa examinar se uma lei ou emenda constitucional aprovada viola dispositivos de tratados internacionais firmados pelo Brasil.

De qualquer modo, as forças do campo democrático, mesmo acuadas pela onda golpista em curso (e acuadas também pelos muitos erros de percurso), devem ter consciência do tamanho do desafio. É inegável que se configurou – também pela ação ou omissão dos veículos da mídia – uma forte maioria a favor da redução nas pesquisas sobre o assunto, seduzindo até mesmo círculos sindicais na área da esquerda.

Não basta repetir que essa patologia é fruto de informações distorcidas e seletivas. Na disputa política, quando se configura uma ampla maioria na opinião das pessoas, os defensores de Direitos Humanos devem evitar o discurso raivoso. Além de ineficientes, os discursos furiosos ignoram um

direito elementar dos cidadãos que é o direito de professar ideias equivocadas sobre qualquer questão. A tarefa, aqui, é mais de aplicação paciente das estratégias paulofreirianas de educação; cavar espaços em qualquer veículo de comunicação que se abra; organizar eventos, seminários e campanhas. E não ficar repetindo como mantra que a redução é um crime, sendo canchalhas todos os seus apoiadores.

A Universidade brasileira pode desempenhar um papel muito ativo nesse embate para que o desfecho não seja o de um violento retrocesso, em plena vigência da vida democrática.

RPV: Em sua opinião, quais são as maiores violações de Direitos Humanos no Brasil neste momento?

Vannuchi: Impossível fazer ranking nesse tipo de assunto. Durante a ditadura, as violações eram generalizadas. Mas a repressão a todos os tipos de opositores políticos valia como o eixo central das demais brutalidades. O leque se estendia da censura artística e cassação de mandatos populares até chegar às câmaras de tortura, pau-de-arara, choques elétricos, mortes e desaparecimentos de quem militava na resistência clandestina.

Retomada a construção da democracia a partir de 1985, já temos quatro décadas de um paradoxal trânsito em duas mãos. Avanços foram garantidos no âmbito das leis, adesão aos tratados internacionais de Direitos Humanos, programas sociais corajosos, enfrentamento da fome e da extrema pobreza a partir dos anos Lula. Mas na outra mão, o quadro de violações também foi se aprofundando, como se fosse uma aplicação daquela lei de Newton que reza “toda ação provoca uma reação, igual em intensidade, oposta em direção e sentido.”

Como militante de Direitos Humanos e sobrevivente do Doi-Codi, já passei pelo constrangimento, em seminários e eventos com movimentos sociais, de escutar lideranças ou mães de vítimas gritarem que a democracia é pior que a ditadura. Não posso concordar com isso e não concordarei. Mas entendo profundamente o que estão querendo dizer.

Para não dizerem que estou fugindo da pergunta, aponto como temas absolutamente não resolvidos na reconstrução democrática brasileira: o sistema prisional, a violência contra os indígenas, extermínio de jovens negros na periferia das grandes cidades, muitos outros. No ciclo mais recente

de avanços sociais, com Lula, Dilma e tudo o mais, vem crescendo também a criminalização dos movimentos sociais. Jovens do Movimento Passe Livre são tratados como vândalos, lideranças dos trabalhadores rurais sem terra ou dos sem-teto da cidade são demonizados na mídia, quando não atingidos pelas balas assassinas disparadas, lá de longe, por ruralistas muito bem representados nos Legislativos, nos Ministérios e nos governos estaduais e locais.

Um registro elucidativo para concluir esse lado em que as coisas parecem caminhar em franca regressão: entre o Natal e Ano Novo, uma criança Kaingang, quase um bebê, foi assassinada no colo da mãe numa estação rodoviária do interior catarinense, estado tantas vezes elogiado pelo seu nível socioeconômico. Lideranças Guarani-Kaiowá são eliminadas repetidamente em Mato Grosso do Sul. E nada gera reações de indignação nos poderes públicos, na mídia e na própria sociedade.

Tempos atrás, essa mesma mídia garantia espaços para gerar debate e até comoção nacional em casos como daquele Pataxó queimado vivo em Brasília. Hoje ela não aceita interromper por nada seus ataques partidarizados e até golpistas contra Dilma, Lula, o PT e seu entorno. A isso devemos chamar retrocesso democrático e regressão civilizatória. Pouca gente no Brasil sabe que ocorreram esses episódios dantescos nas últimas semanas e meses. A mídia não se interessa mais por divulgar e denunciar.

RPV: Quais os obstáculos para a sociedade e para o Estado enfrentarem as violações? Como podemos superá-las?

Vannuchi: Se existisse no Brasil uma mídia democratizada, com os canais de rádio e TV bem distribuídos pelos diferentes segmentos da sociedade brasileira, naturalmente caberia a ela um papel informativo e educativo que ajudaria no avanço de uma consciência social em sintonia com o projeto histórico dos Direitos Humanos. Alguns programas de TV atingem mais gente que toda a rede pública e privada de Ensino naquele mesmo horário.

Sem isso, o desafio fica redobrado. A pressão sobre os poderes públicos para barrar as violações vai enfrentar como obstáculo o pragmatismo tacanho do marketing eleitoral: falar em direitos dos presos tira votos, a esmagadora maioria da população é favorável à redução da maioridade penal ou

à adoção da pena de morte, os evangélicos não querem ouvir falar em aborto. São inúmeros os argumentos conservadores ou favoráveis à omissão.

A pressão sobre os poderes públicos é central, continuará central. Insisto em usar poderes públicos no plural porque muitas vezes os militantes dos Direitos Humanos concentram suas justas demandas unicamente sobre os poderes executivos. Mas o Judiciário segue devendo a sua parte no tema das violações cometidas pela ditadura. O Legislativo federal ostenta, com Marcos Feliciano e Eduardo Cunha, os dentes afiados de um fundamentalismo conservador de feições fascistas.

Na sociedade, a superação de todas essas dificuldades vai exigir empenho crescente das organizações, universidades e defensores dos Direitos Humanos. Sou otimista nesse aspecto porque cresce a cada ano o interesse dos jovens sobre o tema, vai nascendo uma pós-graduação especializada, o sistema internacional se torna mais conhecido.

Volto a utilizar a palavra paradoxo agora, porque a ditadura de 1964 ensejou um fenômeno peculiar: antes de 1964 eram poucas as entidades voltadas à defesa dos Direitos Humanos. Os registros documentais sobre programas dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais de então saltavam sobre esse temário. A violação massiva e sistemática dos 21 anos de ditadura gerou uma nova consciência, novos círculos militantes, novos ideários. Depois da ditadura, esse avanço não cessou.

Nesse enfoque otimista, não estou comparando décadas distantes entre si. Comparo o período em que fui ministro (2006-2010) com o período atual. O enfrentamento do trabalho escravo teve avanços, impulsionados exatamente pela cobrança das organizações da sociedade civil e de petições junto ao Sistema Interamericano, logrando sensibilizar até mesmo algumas áreas empresariais. A memória da ditadura foi desbloqueada e segue em curso a polêmica sobre punição dos torturadores. Setores como LGBTI, pessoas com deficiência, idosos, vários outros, já estão realizando sua terceira ou quarta conferência nacional. Tudo isso demonstra avanços e prepara novos avanços.

É preciso potenciar muito mais essa proliferação. Sobretudo os partidos do campo democrático-popular, o movimento sindical autêntico, movimentos como o MST e o MTST precisam deixar de lado, definitivamente, as dúvidas que sempre mantiveram frente à agenda dos Direitos Humanos, desconfiados pelo fato de os Estados Unidos sempre a invocarem em sua geopolítica e até em suas intervenções armadas.

É preciso deixar de lado esses preconceitos e descer para a arena das lutas. Só recentemente esses círculos começam a criar secretarias e áreas destinadas a trabalhar Direitos Humanos como questão em si. E não como um mero ornamento de suas demandas setoriais, consideradas erroneamente como sendo as mais importantes.

RPV: Como avalia sua experiência como ministro da Secretaria de Direitos Humanos?

Vannuchi: Passarei mais rápido pela pergunta porque cabe obter essa resposta, muito mais, da boca dos militantes e movimentos sociais da área. Ou mesmo da boca dos conservadores e adversários de nossa arena política.

Mas foi, do ponto de vista pessoal, uma tarefa extremamente honrosa, que sempre busquei desempenhar com a mais alta responsabilidade. Acertei quando organizei e repartí poderes com uma equipe de alto valor, responsável pelos bons resultados colhidos. Nos aspectos em que não avançamos como queríamos, a justificativa deve, sim, estar em minhas limitações e nos erros que sempre cometemos, assim como no cipoal de dificuldades que se espalha por toda a estrada de quem defende os Direitos Humanos.

O avanço dos Direitos Humanos no Brasil é um processo histórico que, no período ditatorial, teve em figuras como Paulo Evaristo Arns um símbolo estruturador; passou em seguida pela criação dos primeiros organismos permanentes; e chegou ao Estado. O presidente Lula foi responsável pela criação de um Ministério, onde militei durante cinco anos na condição de ministro. Ainda hoje não consigo entender a decisão de Dilma de retirar o status ministerial conferido e consolidado por Lula. Defendo Dilma e seu mandato legítimo, mas não consigo entender algumas de suas decisões.

RPV: Quais as maiores dificuldades que o senhor encontrou?

Vannuchi: Já falei de algumas delas. O passado de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos, já disse um pensador socialista que todos conhecemos. Esse passado oprime os segmentos oportunistas da vida política e também contamina áreas da esquerda que preferiam ver o Brasil de 2010 sem o PNDH-3. Afinal de contas, para que fazer ruído num ano eleitoral, quando é preciso garantir um debate pacato

e morno, sem aflorar as feridas de nossa tradição escravista, do extermínio indígena que começou com Cabral e segue ainda hoje, das duas ditaduras, dos cinco séculos de latifúndio, do coronelismo, enxada e voto?

Eu gostaria que a fúria reacionária de 2015 levasse esses setores da esquerda a reverem suas táticas e reflexões.

RPV: O que considera de positivo e negativo em sua gestão?

Vannuchi: Como método, muito positivo, destaco o diálogo permanente com os movimentos sociais, o exercício democrático da convivência respeitosa entre governo e sociedade civil. Pobre do movimento social que se relacionar com o poder público apenas na base do aplauso. O primeiro dos seis Eixos do PNDH-3 (Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil) já era marca forte do governo Lula desde seu início. Ali se fala de uma tensão necessária.

Em meu período como ministro, cuidamos sempre de cumprir e fortalecer essa marca, inclusive apostando todas as fichas na chamada transversalidade e na cooperação com os demais ministérios. Mas já estávamos, desde governos anteriores, em pleno presidencialismo de coalizão, sem o que fica impossível aprovar qualquer coisa no Legislativo. E muitas áreas não tinham noção adequada do que seria essa tensão democrática. Para eles, as críticas deveriam ser repelidas, eram injustas. Já vínhamos fazendo tanto, por que esses movimentos exigiam ainda mais?

Os mais honestos dentre estes podem ter mudado de ideia após as lições de junho de 2013. Uma cidadania despertada para seus direitos nunca mais vai se contentar com pouco. Quem aceitar serenamente essa dinâmica terá assimilado bem a ideia democrática. Quem ficar inconformado e ressentido deve buscar outros alinhamentos ideológicos.

Também incluo como negativo, embora talvez inevitável, o linchamento promovido pelo Partido da Mídia contra o PNDH-3, um festival de distorções, mentiras, calúnias e delitos que atingiram o ponto de um paladino moral da revista *Veja*, senador Demóstenes Torres, me chamar de “psicopata ideológico” em matéria com foto de meu rosto. Acho tudo aquilo negativo porque acentuou bastante o ódio fundamentalista dos conservadores e reacionários.

Negativo, ainda, o fato de alguns (poucos) segmentos vinculados aos Direitos Humanos terem comprado a versão da mídia que apontava a nossa luta como derrotada e a área da Defesa como vitoriosa. O PNDH-3, dias antes do linchamento deflagrado por setores de dentro do próprio governo, foi asperamente criticado, sem o devido contraditório, por uma edição do *Monde Diplomatique* brasileiro, um veículo que costuma defender os Direitos Humanos.

Quem, afinal de contas, venceu a batalha sobre criação da Comissão Nacional da Verdade? A área da Defesa, que não queria? A proposta de “investigar os dois lados”? É verdade que as obstruções ao trabalho da CNV ficaram nítidas e a disputa segue inconclusa. Mas, agora, já temos em mãos um pronunciamento oficial do Estado brasileiro, fruto de dois anos e meio de investigações, mais dezenas de outras investigações estaduais, municipais, universitárias, sindicais e setoriais. Tudo na mesa do STF para que ele reforme e corrija sua decisão de abril de 2010, que legitimou a proteção aos torturadores e seus mandantes.

RPV: Há acusações de que o governo brasileiro é omissos em questões de DH relativas a Cuba e Venezuela, por exemplo. Procedem tais acusações?

Vannuchi: O tema é muito complexo. Há violações a Direitos Humanos em Cuba e na Venezuela, sem dúvida alguma, assim como há no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá. Em qualquer país do planeta. Elas devem ser condenadas por todos os canais possíveis.

O problema nasce com a seletividade dessas denúncias e com a midiaticização que separa ainda hoje, os bons e os maus conforme os velhos parâmetros da Guerra Fria, que em termos teóricos teria terminado no início dos anos 1990. Dessa forma, o ditador sírio é hoje o inimigo número 1 da humanidade, nessa leitura geopolítica, assim como já o foram Kadafi e Sadam Hussein. A cada um deles foi oferecida, muitas vezes, a chance de se aliar aos Estados Unidos (ou ao “Ocidente” da Guerra Fria). Se tivessem concordado, seriam tirados da lista, como fazem agora com o Irã, depois de terem sabotado o esforço de Lula para chegar ao mesmo entendimento. Alguém critica com regularidade o ditador saudita? Qual mídia denuncia semanalmente a evicção clitoridiana imposta às mulheres desse país, ou o tempo em que eram cabalmente proibidas de dirigir automóveis? Aliada incondicional dos Estados Unidos, a Arábia Saudita é sempre blindada contra campanhas e denúncias.

Nas audiências da Comissão Interamericana, em Washington, escuto denúncias reiteradas contra o governo nicaraguense, por exemplo, relativas às obras de construção de um novo canal interoceânico. Em geral, são vozes legítimas de defensores de Direitos Humanos naquele país e lamento quando os representantes do Estado denunciam as acusações como se fossem manobras do imperialismo, na mesma linha do governo da Venezuela.

Mas, de fato, me pergunto se as organizações peticionárias levam em conta – e até que ponto – as enormes implicações geopolíticas de um canal concorrente ao do Panamá, obra e concessão norte-americana naquele país, politicamente dominado e até ocupado por forças militares antes de Omar Torrijos, onde o dólar é moeda corrente. Mais ainda se a obra é responsabilidade de um governo de esquerda, com financiamento chinês. É certo que haverá interesses geopolíticos no empoderamento e até financiamento de tais denúncias, por atores que nunca se preocuparão com a morte de bebês Kaingang.

Temos aqui dois problemas a serem localizados e enfrentados. Um deles é a dificuldade dos governos, todos os governos, inclusive governos de esquerda, em aceitarem a incorporação plena dos parâmetros internacionais de defesa dos Direitos Humanos. Outro é a ingenuidade de ignorar os contextos políticos e decidir sobre essas questões como se fôssemos técnicos jurídicos das normas estabelecidas, pessoas desprovidas de convicções políticas e alinhamentos ideológicos. Isso não existe.

RPV: Como caracteriza a situação dos Direitos Humanos no continente americano?

Vannuchi: Em particular na América do Sul, a primeira década do século 21 representou um período de inéditos avanços no terreno do combate à fome e à extrema pobreza. As políticas neoliberais recuaram parcialmente, perdendo força. Essa é a grande nota otimista do balanço. O ciclo das ditaduras, seguido por uma ou duas décadas de governos fiéis ao Consenso de Washington, preparou o terreno para um ciclo de avanços sociais com Lula, Chávez, Evo, os Kirchner, Michele, Mojica e outros. A democracia se fortaleceu e pela primeira vez ousou penetrar o terreno de seus fundamentos econômicos: a renda nacional e sua distribuição.

É cedo ainda para um diagnóstico seguro, mas é muito provável que esse ciclo tenha se esgotado. Os pilares da “democracia com os pobres

dentro” passaram a ser atacados raivosamente, numa tentativa clara de demolição. Nos últimos dois anos começam a ser divulgadas estatísticas que trazem de volta a ampliação da distância entre ricos e pobres. A recessão econômica se expande, respondendo à capacidade demonstrada pelos Estados Unidos de “exportar” o ônus de sua própria crise, eclodida em 2007 e 2008. Com recessão, mais desemprego, salários achatados, programas sociais minguando.

A fúria regressiva e antidemocrática que se nutre no Brasil no embalo midiático e seletivo da Operação Lava Jato tem o seu correspondente em outros países da região. O pêndulo das eleições parece se deslocar para a direita. O cenário é preocupante. Na Argentina, por exemplo, desde a posse de Macri em 10 de dezembro de 2015, registram-se episódios reiterados de repressão contra movimentos sociais, a prisão de uma deputada indígena na área mais pobre da Nação, anulação de instrumentos aprovados no governo anterior para regulação da mídia etc. A Venezuela passa perto de uma guerra civil. Nas eleições presidenciais do Peru, Keiko Fujimori leva dianteira folgada, seguida de dois ou três outros candidatos das forças à direita. Vários outros países vivem cenários comparáveis.

Para não ficar apenas no registro das expectativas preocupantes, a região deve saudar o alto significado dos gestos de normalização das relações entre Cuba e Estados Unidos, e apostar no êxito das negociações de paz na Colômbia. A consolidação dessas duas grandes cartadas pode representar um contraponto às muitas nuvens carregadas que se formam no horizonte.

Em resumo, vale alertar: os Direitos Humanos podem enfrentar, a curto prazo, nas Américas e no Caribe, o retorno recalcado de surtos, paranoias e políticas regressivas que imaginávamos já estarem afastadas e sepultadas.

RPV: Quais são as maiores violações?

Vannuchi: Repito que é muito difícil fazer ranking. Nas audiências e no exame de casos levados à Comissão Interamericana, crescem muito as demandas sobre violações resultantes dos megaprojetos de energia, mineração e outros investimentos capitalistas de larga envergadura. Em torno deles, se agudiza o ataque aos direitos dos grupos indígenas e demais povos originários. O meio ambiente é agredido de forma implacável em quase todos esses casos.

No plano dos sistemas carcerários, tanto quanto no Brasil, a tônica é a violação sistemática dos parâmetros internacionais, com boa parte dos países vivendo a mesma constatação de que o crime organizado domina o sistema, muitas vezes em conluio com as bandas podres do aparelho de Segurança e Justiça.

A pena de morte ainda é vigente em alguns países caribenhos de fala inglesa e as Medidas Cautelares que aprovamos na CIDH determinando aos Estados Unidos que suspendam as execuções no Texas e em outros estados são solenemente ignoradas. Ainda no Caribe lusófono, há leis condenando a vários anos de cadeia a prática de “sodomia”. O Judiciário da Costa Rica, país com imagem positiva no cenário dos Direitos Humanos, ainda proíbe a fertilização *in vitro*.

As crianças seguem sendo um segmento bastante vulnerável e vários países mergulham na sanha reacionária da redução da maioria penal. Violência contra as mulheres, racismo, homofobia, torturas sistemáticas, execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados estão presentes em toda parte. O episódio mais odioso de criminalização de movimentos e protestos sociais ocorreu no México, em setembro de 2014, com a eliminação (desaparecimento forçado) de 43 jovens estudantes de Ayotzinapa, estado de Guerrero, que gerou protestos no mundo todo.

Destaco ainda como questão emergente o fenômeno das migrações, que no Brasil também desperta reações raivosas entre conservadores (preconceito e violência contra haitianos, senegaleses, nigerianos, paraguaios e bolivianos). A CIDH fez uma visita oficial à fronteira entre Estados Unidos e México, onde se estabeleceu verdadeira crise humanitária (Direito das Guerras), com dezenas de milhares de latino-americanos, especialmente centro-americanos, sendo retidos e deportados sob os urros da direita representada por Donald Trump e pelo Tea Party. No centro da violência, as crianças despontam como principais vítimas.

RPV: Como o senhor avalia a presença brasileira no Sistema Interamericano?

Vannuchi: O Regulamento da CIDH me impede de participar do exame e decisão de qualquer caso brasileiro. Como cidadão, é claro que tenho o direito de emitir opiniões sobre o cenário de meu país, como faço nesta entrevista. Mas uma pergunta sobre a presença brasileira no Siste-

ma incide diretamente sobre o número e conteúdo dos casos, postura dos representantes estatais, relação com os organismos peticionários etc, etc, etc. Estou impedido.

Mas posso falar sobre aquilo que é de domínio público. No tema Direito à Verdade, à Memória e à Justiça, o Brasil precisa decidir – neste caso concreto, a palavra está agora com o STF – se acata a decisão da Corte Interamericana sobre a Guerrilha do Araguaia, de novembro de 2010, instruída durante muitos anos na Comissão (quando eu não era membro), ou se rejeita. A rejeição abriria um flanco gravíssimo, expondo o Brasil a ter rejeitadas muitas de suas legítimas pretensões de liderança nos organismos internacionais. Por exemplo, o direito a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A decisão sobre o Araguaia determina ações que nosso país já vem cumprindo (reconhecimento da responsabilidade do Estado e medidas de reparação), mas exige que a Lei de Anistia de 1979 não siga representando um obstáculo à apuração rigorosa e individualizada de todas as torturas do período ditatorial, com a sanção dos responsáveis. Há outro caso tramitando há tempos na Comissão, sobre o jornalista Vladimir Herzog. Não sou informado sobre sua tramitação, graças à norma regulamentar que mencionei. Mas é muito provável que a decisão final vá na mesma direção. A Comissão Interamericana e a Corte possuem jurisprudência firme sobre o tema, que já levou à anulação e reformulação de leis de Anistia em vários países.

RPV: O que significa para o senhor esta experiência na Comissão de Direitos Humanos da OEA?

Vannuchi: Começando pelo lado pessoal, é muito bom ter iniciado uma experiência nova de trabalho aos 65 anos de idade. Coloca você na condição de jovem aluno, disposto a aprender um mundo de coisas novas, além de ser forçado a dominar duas outras línguas. Dizem, se me permitem brincar, que esse esforço vale como prevenção do Alzheimer. Vamos ver se confere.

Do ponto de vista de minha vida militante, representa o sonho acalentado por tanto tempo de fazer um profundo mergulho em Nuestra América, a América do Che, de Salvador Allende, de Tupac Amaru, Tecún Uman, Tupac Katari, Villa e Zapata, Sandino, de tantos heróis e mártires.

Que se somam às figuras libertárias brasileiras, de Zumbi dos Palmares e Sepé Tiaraju, passando por Tiradentes e símbolos mais recentes como Chico Mendes e Dorothy Stang, de meu coração brasileiro. Como a missão se dá no contexto dos 35 países da OEA, confesso também minha alegria de conhecer melhor o país de Luther King, de Tom Paine, de Lincoln, de Roosevelt e também de Joan Baez e Bob Dylan. Permitiu quebrar o maniqueísmo de ver os Estados Unidos apenas como potência imperialista, ignorando a diversidade e a beleza de um país gigante, repleto de contradições e lutas.

Recebi como tarefa específica, em que me concentro nos últimos dois anos, ser Relator para quatro países vizinhos, muito importantes: Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. E também a tarefa de liderar a construção de uma Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, da sigla DESCAs.

Desde os primórdios, os Direitos Humanos evoluíram por dois troncos, às vezes em colisão explícita: os Direitos Cíveis e Políticos e os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Norberto Bobbio classifica os primeiros como Direitos de Liberdade e os outros como Direitos de Igualdade.

O liberalismo revolucionário, empunhado pela burguesia em luta contra o passado feudal e dinástico, proclamou os direitos do indivíduo à representação, ao voto, à crença religiosa e à expressão do pensamento, alimentando ideais progressistas como a tolerância e a diversidade. O movimento operário, as lutas sindicais, os partidos populares e diferentes forças de esquerda exigiram, além do voto (obtido somente a duras penas), também o direito ao trabalho e salários dignos, leis de proteção, seguridade social, saúde, educação, moradia, acesso aos bens da cultura.

A evolução dos dois troncos foi desigual desde sempre. Em 1993, na maior conferência já organizada pela ONU sobre Direitos Humanos, ocorrida em Viena, foi proclamada formalmente a antiga ideia de indivisibilidade entre os dois ramos. Sem liberdades políticas nenhuma igualdade será possível. Sem igualdade a democracia liberal não passa de uma retórica cínica.

Também em nossa Comissão Interamericana o desequilíbrio está presente até hoje. Há muitos anos foi criada uma Relatoria Especial sobre Liberdade de Expressão, com um Relator altamente capacitado e uma equipe que gozam de razoável autonomia para monitorar, visitar países,

fazer denúncias e multiplicar ações de promoção. Mas é a única Relatoria Especial existente. É preciso criar a sua correspondente sobre os direitos de igualdade, para que cresçam no Sistema Interamericano os temas do trabalho, do direito à terra e produção de alimentos, salários dignos, educação, saúde, previdência, teto, criação e fruição dos bens culturais.

É uma agenda que vai crescer de importância nas próximas décadas, incorporando sempre as questões ambientais. Utilizo nessa tarefa o aprendizado que tive o privilégio de colher em trinta anos de trabalho no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, quase quarenta, junto a grupos de bairro, Comunidades Eclesiais de Base, Educação Popular paulofreireana etc. E aproveito também muito do que aprendi em cinco anos de prisão política e na militância anterior à prisão.

Já em minha estreia na CIDH percebi que era reduzida a presença, como força atuante nos mais de 50 anos do organismo, do movimento sindical dos trabalhadores. E também das organizações estudantis dos 35 países. Tenho trabalhado para que essas organizações se aproximem mais, trazendo denúncias, petições, audiências e demandas sobre o trabalho, salários, terra, comida, saúde, educação, transportes, seguridade social, cultura e direito à moradia.

Aproveitei o slogan daquela mobilização fugaz que encantou o mundo em 2011, a partir da Bolsa de Valores de New York, e fiz convite ao movimento sindical para um “Occupy F Street”, que é a rua de nossa sede em Washington.

* Pela Revista Praia Vermelha participaram da entrevista Maria das Dores Campos Machado e Ricardo Rezende Figueira.

** Foto de abertura: Daniel Cima / CIDH.

*** Descrição de abertura: site da Organização dos Estados Americanos.

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Andréa Teixeira

VICE-DIRETORA

Sheila Backx

DIRETORA ADJUNTA

DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Maria das Dores Campos Machado
(ESS-UFRJ)

Ricardo Rezende Figueira (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simionatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

Foto de capa: UNRWA/Fotos Públicas.